

**TRABALHO E MATERNIDADE: DILEMAS DO COTIDIANO
EDUCACIONAL DA MULHER MÃE**

Elyziane Rhaquel Araújo Morais

Universidade Estadual da Paraíba (PIBIC- UEPB- CNPq)

elyziane@yahoo.com.br

Ligia Pereira dos Santos¹

Universidade Estadual da Paraíba

ligia.ceduc@ig.com.br

Este artigo apresenta os resultados finais da pesquisa de Iniciação Científica- PIBIC da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, realizada em uma creche do município de Campina Grande, no período de julho de 2010 a julho de 2011. Através dessa pesquisa, tentamos descobrir de que forma a responsabilidade materna gera a culpabilidade materna nas mulheres-mães trabalhadoras, que eximem a responsabilidade paterna, e essa culpa é vista e concebida na sociedade.

Podemos observar comumente modificações no meio social em que vivemos. As transformações aconteceram com a mulher ao longo dos séculos, e através do trabalho, elas puderam sair do mundo privado para o público. No entanto, ao trabalhar fora de casa a mulher recebe o ônus de novas preocupações, pois ao entrar no mundo trabalho, a mulher não deixou de lado suas atividades domésticas e os *cuidados* com os/as filhos/as.

Apesar das grandes conquistas no mundo do trabalho, ainda existe discriminação social, pois quando as mulheres saem de suas casas, a sociedade as encarrega de toda a responsabilidade com os conflitos de filhos e filhas e demais atividades do bem estar familiar.

¹ Professora da Universidade Estadual da Paraíba. Orientadora do Programa de Iniciação Científica- PIBIC da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB/CNPq.

Portanto, indagamos:

Como se constroem às relações pais, mães e educadoras frente à educação dos filhos e filhas de mães trabalhadoras? No nosso modelo de sociedade de quem é a responsabilidade das atividades de cuidar da educação de infantes? Quais as possibilidades de mudanças de atitudes de professores/as sobre o comportamento da mãe e do pai frente à educação de filhos e filhas da escola pesquisada?

Os objetivos desta pesquisa foram: Analisar as questões de gênero relacionadas com o trabalho e suas perspectivas acerca da culpabilidade materna e da responsabilidade que a escola *impõe* às mães, excluindo a responsabilidade paterna e avançar nas análises dos estudos de gênero relacionado com o trabalho feminino, nos aspectos das responsabilidades maternas de mulheres trabalhadoras na educação dos filhos e filhas, frente às atribuições delimitadas por professoras/es da educação infantil, com o intuito de descobrir junto à comunidade, em voga, questões discriminatórias de gênero alicerçadas na história das práticas cotidianas escolares e familiares.

Esta pesquisa se justifica por considerar a mulher-mãe trabalhadora uma pessoa que exerce vários papéis (mulher, mãe, trabalhadora) e isso gera uma sobrecarga de atividades para atender aos estereótipos de gênero, como por exemplo, ser uma trabalhadora competente, uma dona de casa competente, uma mãe competente, uma esposa competente, etc., quando alguma coisa acontece, a família a *culpa* por isso, fazendo com que a própria mulher se culpe por buscar uma independência profissional.

Dialogamos com diversos teóricos tais como: Banditer(1985), Forna(1999), Bourdieu (2010), Santos (2008), Beauvoir(1986), Saffioti(1987), objetivando entender como as próprias mulheres se *culpam* por trabalhar, estando ausente do lar e como as professoras as responsabilizam na escola pelos problemas que eventualmente acontecem com os/as filhos/as e eximen o pai de qualquer responsabilidade.

Percurso da pesquisa

As transformações sociais fazem grandes mudanças nos modos de vida e nos papéis desempenhados pelos indivíduos na sociedade. Algumas destas mudanças estão nos papéis exercidos pela mulher e a repercussão disto reside nas relações afetivas. A luta das mulheres pelo seu espaço tomou grande impulso em meados de 1970, ano em que houve o reconhecimento do feminismo. Desde então, a mulher tem tentado conquistar

seu lugar de reconhecimento no mercado de trabalho, só que por vez, essas mudanças não fizeram com que a mulher- trabalhadora deixasse de ter suas responsabilidades de cuidados maternos com os filhos/as e com o seu lar, gerando nelas uma *culpa* por não ter como desenvolver essa última atividade em tempo integral.

Conforme Banditer (1985), só recentemente a maternidade e as responsabilidades que a mulher carrega como mãe passaram a ser uma preocupação da sociedade. Mas, o sentimento de culpa existe há tempos no seio das mulheres que precisam (e querem) trabalhar.

No decorrer dos séculos, podemos acompanhar as lutas das mulheres pelos seus direitos e sua inserção no mercado de trabalho. Porém, essa nova realidade não fez com que as mulheres “largassem” seu antigo dever e obrigação, começando daí a *culpa* materna que pesava em sua jornada de trabalho.

A divisão entre o mundo privado e o público pôs fim às aspirações políticas das mulheres da classe alta. Em vez de aspirar ao engajamento ativo nas tomadas de decisões, a mulher se tornou “a mão que balança o berço” e “o poder por trás do trono”. E os homens estimulavam as mulheres a encontrar satisfação nessa nova esfera de influência, confirmando o poder desse papel exclusivamente feminino. Convencidas do inimitável papel de mães, as mulheres foram, e ainda são, desencorajadas de aderir aos domínios externos masculinos, onde se encontram os verdadeiros ganhos políticos, sociais e econômicos (FORNA, 1999, p. 49).

Com a Revolução Industrial, reduzindo o esforço brutal dos homens, viu-se a inserção de mulheres e crianças nas fábricas. Surgiam assim as relações capitalistas, advindo à exploração da mão de obra feminina e infantil, sobretudo e onde podemos perceber como a exploração da mulher é processada na sociedade.

Ao assumir diversos papéis, a mulher passa por inúmeros conflitos e isso gera incertezas e *culpa*. Para Badinter (1985), a culpa gerada nas mães é consequência de seu trabalho condenável, pois antes de ser trabalhadora, a mulher tem de ser uma *boa mãe* e abdicar de outras atividades fora essa. Atualmente, com todos os avanços tecnológicos, a concepção da boa mãe, dedicada, que pensa no seu/sua filho/a, mistura-se também,

com a da mulher- trabalhadora independente que tem sua realização profissional e que cuida, educa os/as filhos/as e protege seu lar.

Neste sentido, não é aceitável que as instituições escolares desconsiderem fatos que alterem sensivelmente o caminho da sociedade e com ela advir sua emancipação. É necessário um acompanhamento reflexivo das creches-escolas nas mudanças sociais, pois só assim as instituições educacionais, através da reflexão de práticas cotidianas, possibilitam oferecer uma educação que venha suprir as necessidades de transformações sociais.

O universo da pesquisa foi constituído pelas mães e professoras da creche. Portanto, a metodologia da pesquisa foi caráter qualitativo. Nosso grupo focal foi constituído de quarenta mães com idade entre 19 e 47 anos. Quanto às professoras da creche, sujeitos da nossa pesquisa foram no total cinco professoras do turno da tarde entre 27 e 42 anos. Para traçar o perfil dos sujeitos da pesquisa utilizamos questionários e entrevistas.

Através do diálogo e observação do cotidiano das mães e professoras na creche q demos direcionamento à nossa pesquisa e fizemos a ponte com o mundo social:

[...] não existe uma única interpretação ou, dentre as alternativas, nenhuma garantia de que a interpretação escolhida é mais verdadeira que as demais. A escolha é regida, sem dúvida, por opções teóricas [explícitas ou não] que antecedem e mesmo determinam as interpretações. Já a validade pertence à esfera da intersubjetividade; não na busca do consenso acalentador, mas na busca constante da contradição criativa (SPINK, 1994, p.142).

Logo após a análise das entrevistas e questionários, e observação do cotidiano escolar, podemos dar início as oficinas com as mulheres-mães trabalhadoras da Creche, como, oficina da maternidade e paternidade responsável, oficina do corpo e oficina da docência equânime com as professoras.

Durante as entrevistas, perguntamos as professoras sobre a existência de preconceitos ou discriminação em seu cotidiano por serem mulheres-trabalhadoras, elas negaram tal realidade, mas em seu discurso isso ficou confuso, pois a **professora Raquel** diz que “*sempre há uma grande pressão em seus ombros por parte da família, onde é tida como a única responsável pelos problemas que ocorrem com sua filha, e sente que seu marido a responsabiliza de alguma forma mesmo sem falar, por ela não estar todo tempo com a filha.*” Isso nos mostra que essas mulheres não enxergam a

discriminação que lhes acompanha por ser mulher- mãe e trabalhadora em uma sociedade, que faz de forma discreta e “sem sentir”, que essa mãe se sinta culpada pelos problemas que são inerentes a vida, fazendo com que essa se culpe, como se isso fosse uma coisa natural de se sentir. Assim conforme Bourdieu(2010, p.46) “Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, constituindo-as, assim, como algo natural.”

Nas falas das mães, podemos constatar o quanto está presente o discurso sexista. No questionário, houve uma questão que explicitou bem este fato, em que a pergunta era “Há diferença na tarefa de pai e na tarefa da mãe em relação a seu filho?” A grande maioria respondeu que o pai tem menos responsabilidade que a mãe no cuidar e educar, aos pais caberia, na maioria das vezes, o sustentar. Conforme resposta da *mãe Ruth*: “*A mãe tem toda responsabilidade, de cuidar e educar... e o pai tem menos responsabilidade, é cuidar e sustentar*”. Conforme Santos(2008, p.121), “o que se vê é que os conceitos de maternidade são uma construção da sociedade contemporânea, presentes nos discursos dessas mães.”

Em relação à participação dos pais na vida escolar dos filhos e filhas, podemos notar mais uma vez que as professoras não enxergam ou não querem enxergar quando afirmam que “*os pais tem participação, que é de suma importância*”, mas na observação na escola podemos assistir a várias cenas onde as professoras dizem que as mães é que participam da vida escolar dos filhos/filhas e raramente se vê um pai participando da vida escolar das crianças.

No mês das mães (maio de 2011), realizamos oficinas com as mães e professoras, onde discutimos e refletimos sobre a sociedade discriminatória em que nos encontramos e da importância de uma postura e de atitudes igualitárias para mudar esta realidade e formar cidadãos conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa.

A partir dos resultados obtidos ao longo da pesquisa podemos confirma que a mulher trabalhadora, em sua maioria, está entre a necessidade de trabalhar e de dar atenção à família e aos filhos/as. Beauvoir (1986, p.308-309) afirma que é muito difícil para as mulheres assumirem concomitantemente “[...] sua condição de indivíduo

autônomo e seu destino feminino. [...] ela será plenamente um ser humano quando se quebrar a escravidão infinita da mulher, quando ela viver por ela e para ela [...]"

As mães se sentem culpadas por não poderem participar de atividades cotidianas nas vidas dos filhos/as como: levar e buscar na escola, fazer as refeições, levar para passear, etc. Entretanto, elas necessitam trabalhar para complementar a renda familiar ou mesmo sustentar suas famílias. Podemos ver que o mundo privado e particular ainda andam juntos, e isto é cultural em nossa sociedade, dividindo o mundo masculino e o feminino. Para Saffioti (1987, p.8):

A identidade da mulher, assim como do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis que a sociedade espera ver cumprido pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem.

Conclusões

Com a análise dos dados e os resultados obtidos podemos ampliar o nosso conhecimento acerca dos estudos sobre a culpabilidade materna e também ao longo do percurso metodológico desmistificar vestígios ainda existentes de preconceitos de gênero na educação.

Ficou-nos explícito que as mães trabalhadoras exteriorizam a sensação de culpa pela divisão entre trabalho, filhos/as e lar. Notamos que os discursos dos sujeitos das pesquisas se mostram carregados de preconceitos, pois elas mesmas tratam como “naturais” que a responsabilidade pelos filhos/as seja apenas sua, reproduzindo mais uma vez as práticas sexistas.

Para a mulher, hoje em dia, trabalhar e ser uma profissional bem sucedida é somar responsabilidades e mais que isso é enfrentar conflitos no seu cotidiano que geram a culpa, pois ao falhar tentando conciliar seu trabalho, com seu lar e o cuidado com os/as filhos/as, ela é considerada culpada pelo parceiro, pelas crianças, pela família e também se culpa.

Ficou-nos explícito que é necessário que educadores e educadoras revejam suas práticas pedagógicas para não reproduzirem preconceitos e estereótipos presentes na sociedade.

Assim, temos de encarar a escola como um espaço que fabrica sujeitos e produz identidades diversificadas. Se percebermos e reconhecermos que a educação se dá de forma desigual, reproduzindo estereótipos, com nossa ajuda ou descaso; se nos sentirmos incomodados com essa situação e buscarmos a mudança para interferir na realidade atual, necessitaremos buscar eliminar nas escolas as relações de poder.

É preciso construir diversas estratégias de mudança e conscientização, mudanças didático-pedagógicas, mudanças de postura, objetivando interferir nas relações sexistas existentes na creche em voga, a fim de construirmos uma educação igualitária para que as mudanças aconteçam nas relações entre homens e mulheres também.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução Waltensir Dutra. 8ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**; tradução Maria Helena Kuhner - 9ª Ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Braga, M.G.R. & Amazonas, M.C.L.A. (2005). **Família**: maternidade e procriação assistida. Psicologia em Estudo, Maringá.

FORNA, Aminatta. **Mãe de todos os mitos**: como a sociedade modela e reprime as mães. Tradução Ângela Lobo de Andrade. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. Pg. 78

SAFFIOTI Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes - Mito e Realidade**. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora. 1969.

SANTOS, L. P. dos. **Mulher e violência**: histórias do corpo negado. Campina Grande: EDUEPB, 2008.

SPINK, Mary Jane P. **Desvendando as teorias implícitas**: uma metodologia de análise das representações sociais. In: JOVCHELOVITH, S. E GUARESCHI, P. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.117-145.